

Capítulo V

O Jornalismo no Estado Novo: censura, propaganda e coação

*Journalism during Estado Novo: censorship,
propaganda and coercion*

Ana Cabrera

Instituto de História contemporânea
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
Universidade Nova de Lisboa
anacabrera@fcsh.unl.pt
ORCID ID: 0000-0002-2372-5165
CIÊNCIA ID 9611-32B6-EC8F

Resumo: O Estado Novo, criado no processo da Revolução Nacional por Salazar, está associado a um conjunto de ações estratégicas, cuja função era a de reforçar a capacidade de estruturar e arbitrar autoritariamente os equilíbrios fundamentais, embora contraditórios, entre as elites políticas, os interesses dominantes e a ação governativa. (Rosas:1996) O objetivo era o controlo de todos os organismos e estruturas do Estado. Nesse sentido um primeiro passo foi a elaboração de uma nova Constituição que seria aprovada através de um plebiscito que se realizou em 19 de março de 1933, que entraria em vigor a 11 de abril do mesmo ano. Mas os meses que se seguem à aprovação da Constituição são de uma intensa atividade legislativa: cria-se a Polícia de Vigilância e Defesa do Estado, o Estatuto Nacional do Trabalho, os Grémios, os Sindicatos Nacionais, e mais tarde a Mocidade Portuguesa. Também as estruturas da censura trabalham no sentido de reforçar a sua autoridade e controlo junto da imprensa e dos jornalistas, através da criação da Direção Geral dos Serviços de Censura em 1933. Apesar de todo o aparelho repressivo houve ocorrências de contestação e oposição a Salazar que acabavam sempre esmagadas pela intervenção da polícia política, pela ação dos Tribunais Plenários ou pelas diversas outras formas de repressão, entre elas o controlo da informação. Neste capítulo o nosso objetivo é compreender que jornalismo era possível realizar sob a tutela da censura e das estruturas de controlo da sociedade, criadas pelo Estado Novo? E analisar as diferenças entre jornais. Assim selecionámos quatro acontecimentos que envolveram governantes do Estado Novo, que despertaram o interesse do público e a atenção dos jornais. São esses acontecimentos: 1. O jornalismo no processo de construção do Estado Novo — o Plebiscito e a Constituição de 1933; 2. O atentado a Salazar em Lisboa, em 4 de julho de 1937; 3. As eleições para a Presidência da República, em 1958: candidatura de Humberto Delgado; 4. Marcello Caetano, os jornais e os jornalistas, em 1969. A análise da cobertura jornalística destes acontecimentos será feita a partir das narrativas impressas no *Diário de Notícias*; *Século*; *Diário de Lisboa* e *Diário Popular*. As peças foram selecionadas com base nas datas daquelas ocorrências, cobrindo o período em que se observa a atenção jornalística sobre os referidos acontecimentos. A metodologia baseia-se na análise e crítica da documentação. Concluímos acerca das diferenças entre os jornais selecionados ao nível da construção das narrativas, da seleção das notícias e do respetivo ângulo de abordagem, da titulação e da subserviência perante o regime.

Palavras-chave: Jornalismo, Estado Novo, Censura, Salazar, Humberto Delgado, Marcello Caetano.

Abstrat: Estado Novo was a political regime in Portugal created by Salazar following the National Revolution. This regime is linked with a set of strategies with the aim of strengthening the structure and refereeing of various social balances among the political elites, dominant interests and the government (Rosas: 1996). The goal was the control of all organisations and structures of the State, and a new constitution was the first step toward this goal. This constitution would have been approved in referendum on 19th March 1933, and came into force on 11th April 1933. The following months led to an intense production of new laws, creating a new Police for the Vigilance and Defence of the State, the National Statue for Work, Guilds, National Unions, and the Portuguese Youth. Also in this period the structures of the censorship were developed to strengthen they authority and the control of the media, with the creation of the Directorate-General of the Censorship Services in 1933. In spite of being in control of all the mechanisms of repression, there were a few instances of protest and opposition to Salazar. These ended up being crushed by the political police, by the Plenary Courts, and the other forms of repression, including the control of the information. In this chapter, we aim to understand which kind of journalism was possible under the censorship and structures of control of Estado Novo, exploring the differences between various newspapers. For this purpose, we have selected four events involving members of the government of Estado Novo, which triggered public interest and media coverage: 1. the referendum of the new constitution of 1933, 2. a murder attempt against Salazar in Lisbon on 4th July 1937, 3. the presidential elections of 1958 with the candidacy of Humberto Delgado, and 4. Marcello Caetano, the newspapers and journalists in 1969. The analysis of the media coverage of these events was based on the narratives of *Diário de Notícias*, *Século*, *Diário de Lisboa*, and *Diário Popular*. The news selected for this assessment was based on the dates of the events above, and when there was media coverage about them. Our methodology is based on the critical analysis of these documentation. We have found the main differences among the selected newspapers in terms of the level of construction of the narratives, the selection of news and their perspective, the titles and their survival to the regime.

Keywords: journalism, Estado Novo, censorship, Salazar, Humberto Delgado, Marcello Caetano.

Introdução

O Estado Novo está inevitavelmente ligado à figura de Salazar e de todos os seus apoiantes que almejaram construir um sistema político novo e original (Torgal, 2013).

Salazar era um homem que pouco se deixava ver, parco em convívios e amizades, adversário de exposições públicas. Nunca escreveu nada sobre si, nem notas, nem diários que deixassem ver fragmentos das suas vivências, dos seus sentimentos e, muito menos, das suas emoções. Nutria, pelos jornalistas e pelos jornais, uma profunda desconfiança. Pensava que os jornalistas deviam subordinar-se aos interesses do Estado Novo, comungar as mesmas ideias, propagando-as com o propósito de enaltecer as suas realizações.

Raramente deu entrevistas e, na exceção da sua realização, exigia rever as respostas, de forma a acomodar o texto escrito aos seus intentos. Uma das mais famosas entrevistas de Salazar, foi a que concedeu a António Ferro¹, publicada em cinco edições do Diário de Notícias, no ano de 1932, quando ainda ocupava a pasta de ministro das Finanças, deixando antever o que previa para o futuro de Portugal.

No ano seguinte, em 1933, Salazar seria o promotor do Estado Novo, e da sua política, que durará até 1974. Será, também, o obreiro de todas as estruturas fundadoras do Estado Novo, e da estratégia que o manterá no poder, até à sua substituição, na Presidência do Conselho de Ministros, por Marcelo Caetano, em 1968. Caetano dará continuidade ao seu trabalho, embora de uma forma mais moderna, colocando novas capas nas velhas leis que fundaram o Estado Novo.

A censura foi um dos mais importantes pilares do regime. Foi instituída pelo Governo da Ditadura Militar, justamente para evitar que a Imprensa pudesse ser usada contra o “bem-estar da nação”².

Apesar da indignação demonstrada por alguma imprensa, e pelos jornalistas, como é patente no *Diário de Lisboa*, de 23 de junho de 1926³, a censura é imposta, em Portugal, na sequência do golpe militar de 1926.

1 António Ferro (1895-1956) Foi escritor, jornalista, político e diplomata, grande admirador e colaborador de Salazar. O jornalismo foi a sua grande paixão, sendo a sua ligação à cultura forte e muito influenciada pelo modernismo. Também se sentiu fascinado pelas ditaduras europeias e chegou a entrevistar Mussolini, Hitler (cuja entrevista foi insipiente) e Primo de Rivera. O Secretariado de Propaganda Nacional, que dirigiu, a partir de 1933, foi a plataforma que lhe serviu para dinamizar a chamada “Política do Espírito” — a cultura subordinada aos fins políticos do Estado Novo.

2 Preâmbulo da Circular, de 28 de Agosto de 1931

3 (1926), *Diário de Lisboa*, nº 1599, Ano 6, Quarta, 23 de Junho de 1926, Fundação Mário Soares / DRR — Documentos Ruella Ramos, Disponível HTTP: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_31313 (2022-2-22)



Figura 1
Diário de Lisboa, 23 de junho de 1926
Fonte: Fundação Mário Soares
[http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_31313 (2022-2-22)].

Esta primeira página mostra uma peça, onde a crítica à censura à imprensa é clara, sendo, provavelmente, a última vez que, nos próximos quarenta e oito anos, este jornal emitirá uma opinião.

Em 1933, procede-se a uma reestruturação dos serviços da censura, marcada pelo início de funções de Álvaro Salvação Barreto, na liderança da DGSCI (Direção Geral de Serviços de Censura Interna), a partir de 1 de Novembro de 1932 (Fialho Gomes, 2006a e 2006b)

Assim, a censura é um organismo do Estado, criada para vigiar, controlar e intimidar a imprensa e os jornalistas. Contudo, havia ainda uma outra forma de controlo, feita pelos proprietários da Imprensa. Estes eram, muitas vezes, convocados para reuniões, onde recebiam as orientações convenientes ao regime político, o que eles respeitavam, evitando-se, assim, contrariedades, tais como a retenção das provas nos serviços da censura, que criavam dificuldades na distribuição ou atrasos na saída dos jornais. Outra característica marcante, ao longo de todo o Estado Novo, é a obrigatoriedade de os diretores dos jornais, escolhidos pelos proprietários, serem aprovados pelos serviços da censura, que verificavam se se tratava de pessoa idónea, ou seja, fiel aos princípios do Estado Novo. Nesta medida, a censura funcionava por meio de um conjunto de várias camadas, em que todas elas comungavam dos objetivos de produzir informação jornalística inócua; favorável ao regime; pedagogicamente ativa na divulgação dos propósitos do Estado Novo, e onde a crítica e a análise estivessem

completamente ausentes. Este aparelho tinha, por outro lado, o propósito de naturalizar, junto à ação jornalística, a contenção analítica e crítica, e a necessidade de configurar a importância, e centralidade, da autocensura, tal como relatam todos os jornalistas que exerceram a profissão, durante o Estado Novo (Cabrera, 2006; Baptista & Correia 2007; 2010).

Por isso, é preciso ter em consideração que o jornalismo, durante o Estado Novo — de Salazar a Caetano — é uma prática profissional exercida sob a égide da censura. Mas a censura não afetava só a imprensa. Toda a produção cultural era supervisionada, ressaltando-se o papel da rádio, da literatura e do cinema e do teatro que contribuíram, por intervenção da censura, para a máquina de propaganda do Estado Novo (Torgal, 2013). Ainda assim, muitas outras instituições, criadas para além da censura, funcionavam como um aglomerado para restringir as liberdades. O seu papel consistia no controlo de setores sociais, de forma a enquadrá-los como sujeitos ativos e componentes participativos no Estado Novo. Foi o caso da criação da União Nacional, da Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho (FNAT), da Mocidade Portuguesa, dos Sindicatos Nacionais, da Legião Portuguesa, da Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (PVDE), mais tarde Polícia Internacional de Defesa do Estado (PIDE) e Direção Geral de Segurança (DGS), bem como dos Tribunais Plenários, especialmente dedicados ao julgamento de presos políticos.

A fundação do Secretariado da Propaganda Nacional, dirigido por António Ferro, até 1949, mas sob a tutela direta de Salazar, encarregou-se da divulgação dos feitos do Estado Novo, segundo a formulação doutrinária da “Política do Espírito”. A propaganda e a repressão, por constituírem fatores de estabilidade para o salazarismo, deveriam, também, estar presentes no aparato constitucional. Era por isso urgente criar uma Constituição que fosse alternativa à de 1911, ainda em vigor. A nova Constituição foi plebiscitada em 19 de março de 1933.

Fernando Rosas argumenta que o Estado Novo criou, a partir dos órgãos do Estado, um projeto totalizante de reeducação dos espíritos e de criação de um novo tipo de ideia política — portugueses unidos em torno de uma ideologia nacional. As “verdades indiscutíveis” proclamadas no ano da Revolução Nacional, pela sua natureza propositiva e pela mundivisão totalizante que transportava, exigiram, e criaram, um aparelho de inculcação ideológica autoritária, estatista, mergulhado no quotidiano das pessoas (ao nível das famílias, da escola, do trabalho, dos lazeres), com o propósito de criar esse particular “homem novo” do salazarismo.” Fernando Rosas (2001, p. 1034)

O grande objetivo, de Salazar, era o de “impedir a eclosão de uma discussão política e, ainda mais, que se alastrasse à massa dos cidadãos. As decisões eram, maioritariamente, tomadas no silêncio do gabinete, no resguardo das chancelarias e secretarias...” (Baptista: 2012, p. 99). A sua relação com os meios era escassa e distante. Não gostava que os seus ministros privassem com os jornalistas. Embora a Emissora Nacional, e a RTP, fossem controladas pelo Estado, raramente utilizou estes recursos e desagradava-lhe a exposição pública que tais meios proporcionavam.

Os jornais do regime prestavam um valioso serviço ao regime porque ampliavam o elogio laudatório e, em períodos de crise, desancavam os adversários internos e externos ao salazarismo (Baptista, 2012, p. 105).

O trabalho que apresentamos, conjuga a natureza do regime, e das suas instituições repressivas, com o que se fazia, ou se podia fazer nos jornais. A investigação foi orientada segundo as seguintes questões: Que informação era possível ser veiculada sob a tutela da censura? Como os jornalistas executavam o seu trabalho? Que margem de discricionariedade tinham na realização das suas reportagens? Que diferenças se observam no jornalismo ao longo do Estado Novo?

A análise da cobertura jornalística organizou-se a partir de quatro momentos sensíveis que selecionamos para análise, a partir da problematização de como os jornalistas reportam os seguintes acontecimentos:

1. O jornalismo no processo de construção do Estado Novo — o Plebiscito e a Constituição de 1933
2. O atentado a Salazar em Lisboa, em 4 de julho de 1937
3. As eleições para a Presidência da República, em 1958 e a candidatura de Humberto Delgado
4. Marcello Caetano, os jornais e os jornalistas, em 1969.

Os acontecimentos foram selecionados considerando-se a relevância e o impacto que tiveram na época, bem como os seus efeitos, no decorrer do devir histórico. Assim, o Plebiscito corresponde ao primeiro passo de legitimação do novo regime, com base numa nova constituição, muito distinta da do período republicano. O atentado de que Salazar foi alvo, em 4 de julho de 1937, quatro anos após a fundação do Estado Novo, teve um efeito emocional muito elevado que mobilizou o país, de norte a sul, e congregou mais apoios em torno da figura de Salazar. Pelo contrário, a candidatura de Humberto Delgado, às eleições presidenciais de 1958, abalou profundamente o regime, e deixou uma marca de agitação, na sociedade portuguesa, que se vai repercutir, nas lutas académicas, bem como nos movimentos sociais que abrangeram diversos setores ao longo dos anos 60. Por fim, em setembro de 1968, Marcelo Caetano ocupa o lugar que tinha sido de Salazar. Pela primeira vez, em 35 anos, a presidência do Conselho de Ministros é ocupada por uma nova figura. Há uma enorme expectativa em torno do que viria a ser a governação de Caetano, que era mais novo, tinha família, filhos e netos, era um prestigiado professor catedrático da Faculdade de Direito, com experiência governativa, durante vários anos, e tendo já ocupado diversos cargos no Estado Novo.

O trabalho tem por base a análise crítica de peças jornalísticas selecionadas, em função dos acontecimentos já citados, e provenientes de quatro jornais diários, sendo dois matutinos

— *Diário de Notícias*⁴ e *O Século*⁵ — e dois vespertinos — *Diário Popular*⁶ e *Diário de Lisboa*⁷.

As peças, para análise, foram selecionadas com base nas datas das ocorrências, acompanhando o período em que se observa a atenção jornalística sobre os referidos acontecimentos.

5.1. O jornalismo no processo de construção do Estado Novo — o Plebiscito e a Constituição de 1933

Num contexto de senso comum, a ditadura, proclamada em 28 de maio de 1926, punha fim a um ciclo político de instabilidade, atribuída aos governos republicanos instados pela exaltação constante de lutas partidárias que, na rua e no Parlamento, criavam um clima de precariedade nocivo à governação.

A nova Constituição foi plebiscitada. Na proclamação, exortava-se a população ao voto da seguinte forma:

Aprovar a Constituição é, pois, querer o fortalecimento e a consolidação da autoridade, da defesa nacional e da ordem, a segurança das verdadeiras liberdades individuais, a restauração familiar, o desenvolvimento da nossa economia, uma ordenação racional de toda a nossa vida pública e privada. (“A Proclamação do Governo ao País”, *Diário de Notícias*, 18 de março de 1933)

A Constituição de 1933 marca o fim da ditadura militar. Terá sido aprovada por cerca um milhão e trezentos mil, mas as abstenções e votos em branco contavam como votos a

4 *Diário de Notícias* é um jornal matutino que se publicava desde 1864 e foi fundado por Thomaz Quintino Antunes e Eduardo Coelho, em 29 de Dezembro. Foi um jornal com uma penetração nacional. Revelou uma grande estabilidade, quer em termos organizativos, quer ao nível dos corpos de direção, quer ainda em termos gráficos. No período em estudo Augusto de Castro dirigiu o jornal, exceto nos períodos em que esteve em missões diplomáticas: de Junho de 1924 a Junho de 1939 e de Janeiro de 1945 a Dezembro de 1946, altura em que a direção foi confiada a Eduardo Schwalbach; e de Dezembro de 1946 a Agosto de 1947 em que a direção foi entregue a Pereira Coelho. Fernando Fragoço será diretor a partir de 1966.

5 *O Século* é um matutino publicado em Lisboa. Foi fundado em 1881 por Sebastião Magalhães de Lima, defensor intransigente do ideário republicano. A partir de 1924 o jornal é adquirido por João Pereira da Rosa que assume a direção em 1926. Este jornal cresce em popularidade e solidez económica ao longo dos anos 40. Guilherme Pereira da Rosa sucede a seu pai na direção da empresa tentando reverter as dificuldades que a Sociedade Nacional de Tipografia tinha desde os anos 50.

6 O *Diário Popular* surge em plena II Guerra Mundial (22 de Setembro de 1942). A iniciativa partiu de António Tinoco que agregou à sua volta vários investidores. Mais tarde a Sociedade Industrial de Imprensa fica confinada a dois sócios maioritários: Francisco e Henrique Pinto Balsemão. O *Diário Popular* é um jornal com uma grande estabilidade, tanto no que respeita a formas de organização como de apresentação. Entre Outubro de 1958 e 1974 Martinho Nobre de Mello dirige o *Diário Popular*.

7 O *Diário de Lisboa* é fundado em 7 de Abril de 1921, o que fez deste jornal, o mais antigo dos vespertinos portugueses. Pertence à Renascença Gráfica. Para além de incluir nas suas páginas a colaboração de homens prestigiados no campo da literatura, foram também seus colaboradores notáveis modernistas como Almada Negreiros, Stuart Carvalhais e mais recentemente Carlos Botelho e João Abel Manta. O Primeiro diretor é Joaquim Manso, depois Norberto Lopes, até 1967, seguindo-se-lhe Pedro Ruella Ramos.

favor. Terão sido mais de seis mil os votos “Não”. Esta Constituição deixava em aberto, para regulamentação futura, tudo o que dissesse respeito aos direitos e garantias individuais dos cidadãos, nomeadamente a liberdade de expressão, reunião e associação, que vão ser reguladas por leis especiais — os decretos constitucionais aprovados a partir de 12 de abril de 1933.

O novo documento constitucional, indispensável, pois substituiria a Constituição Republicana de 1911, resultou de um processo que se arrastou ao longo de 3 anos, entre 1930 e fevereiro de 1933. A sua elaboração adveio de um processo de gabinetes onde pontuaram Domingos de Oliveira (presidente do Governo) e António Oliveira Salazar, ministro das Finanças, inicialmente e, depois, presidente do Conselho de Ministros. A estes, juntaram-se diversas personalidades dos círculos do Integralismo Lusitano; representantes de diversas correntes nacionalistas; docentes da Universidade de Coimbra, bem como representantes da doutrina social católica. (Santos, 2019). Contudo, este documento que foi plebiscitado considerava, no seu artigo 1º, *que a todos é lícito manifestar livremente o seu pensamento*, também por intermédio da Imprensa. Tal facto transforma este diploma num caso paradigmático, a que a oposição ao regime recorre, durante o salazarismo, tomando-o como referência política contraditória, em função do cerceamento das liberdades, que os diplomas do Estado Novo vão consignar.

O Plebiscito, realizado em 19 de março de 1933, é apresentado nos jornais como um acontecimento político de grande importância e surge nos grandes títulos de toda a imprensa. Tanto o *Diário de Notícias* como *O Século* apresentam peças, normalmente reportagens, onde relatam, pormenorizadamente, a forma como decorreu a votação e os contextos que envolveram o Plebiscito.

Com o título “Plebiscito nacional de ontem”, o *Diário de Notícias* destaca:

Em Lisboa, às primeiras horas do dia, vários aviões da Aeronáutica Militar e do Centro de Aviação Marítima, voaram sobre a cidade, lançando milhares de exemplares da mensagem do sr. Presidente da República, muitos cartazes foram ainda afixados às esquinas das ruas chamando o eleitorado ao cumprimento do seu dever. (*Diário de Notícias*, 20 de março de 1933, p.1)



Figura 2
Diário de Notícias de 20
de março de 1933 p.1.
Fonte: reprodução do
original (BNP).

No dia 20 de março, o *Diário de Notícias* dá grande destaque ao ato eleitoral com o título “O Plebiscito Nacional de ontem”, logo seguido da apresentação dos resultados:

A Constituição, conforme os resultados oficialmente apurados até agora, foi aprovada por cerca de 95% dos eleitores, tendo-se manifestado nas urnas 60% a favor e menos de 5% contra. (*Diário de Notícias*, 20 de março de 1933, p. 1)

Seguidamente, o jornal apresenta, também, em primeira página, uma reportagem fotográfica, composta de várias imagens das mesas de voto, onde se destacam as fotos de várias individualidades a votar, nas respetivas assembleias. A legenda assinala:

Em cima o chefe do Estado e o presidente do Ministério votando; na 2.^a fila o voto do sr. Ministro da Guerra e um aspecto da assembleia no Liceu Camões; na 3.^a fila os srs comandante da Polícia, ministro do Interior e ministro da Justiça exercendo o seu direito de eleitores; em baixo os srs ministro da Obras Públicas e Comunicações e dos Negócios Estrangeiros saindo das assembleias eleitorais. (*Diário de Notícias*, 20 de Março 1933, p. 1)

Em nota de reportagem, o jornalista sublinha:

O acto plebiscitário de ontem teve a caracterizá-lo a absoluta ordem em que decorreu. Nem o mais ligeiro incidente se registou, tanto nas assembleias e secções de voto de Lisboa, que os nossos repórteres percorreram, como nas assembleias dos diversos pontos do País, de onde o Governo recebeu, durante o dia, informações telegráficas, que ao começo da noite concretizou na seguinte nota oficiosa. (*Diário de Notícias*, 20 de março de 1933, p. 1),

e segue-se a nota oficiosa na íntegra. Mais à frente, o jornalista realça a presença feminina no ato eleitoral:

A presença de senhoras nalgumas secções de voto imprimiu um carácter de novidade ao acto eleitoral. S. Mamede e Camões foram as freguesias onde votaram em maior número, algumas delas, de posição humilde. (*Diário de Notícias*, 20 de março de 1933, p. 1)

A página 5 dá continuação às notícias sobre o resultado do Plebiscito e apresenta os dados por distrito. A esta informação, juntam-se mais fotografias que destacam várias mulheres exercendo o seu direito de voto.

O voto feminino, enquanto facto e representação, é uma novidade, apesar de o direito de voto, às mulheres, ter sido concedido, pela primeira vez, em 1931, pelo decreto 19 694, de 5 de maio. Mesmo que se considere as restrições e limitações, a que as eleitoras estavam sujeitas, não deixava de ser uma singularidade, a merecer destaque nas notícias.



Figura 3
O Século, 20 de março de 1933, p.1.
Fonte: reprodução do original (BNP)

A cobertura de *O Século* foi igualmente minuciosa, como o título destaca:

Realizou-se, ontem, em todo o País, com absoluta tranquilidade, o acto plebiscitário, pelo qual foi aprovada a nova constituição política da República e prorrogado por dois anos o mandato presidencial do Sr. General Carmona. (*O Século*, 20 de março de 1933, p.1)

As fotos mostram também Carmona e Salazar exercendo o voto. Nos relatos do acontecimento, *O Século* destaca um pormenor interessante:

Nos cadernos eleitorais da 1ª secção da freguesia de Arroios, não estava incluído, quando abriu a assembleia, o nome do sr. dr. Oliveira Salazar. A presença dos jornalistas e dos fotógrafos, que esperavam a chegada do chefe do Governo, é que levou o presidente da mesa a requisitar à Junta de Freguesia, o verbete eleitoral, respeitante ao sr. dr. Oliveira Salazar. Quando este ali chegou já as listas continham o seu nome. (*O Século*, 20 de março de 1933, p. 1)

A reportagem sobre o Plebiscito apresenta, no dia 20 de março de 1933, três páginas dedicadas ao assunto. Para além das individualidades que votaram, salienta-se os resultados eleitorais dos diversos distritos, e das respetivas freguesias, destacando o número de eleitores, votos a favor, contra e abstenções. Algumas notas do jornalista são interessantes como se observa no resultado de uma freguesia do Distrito de Aveiro: “Arouca—Nas assembleias deste concelho entraram 2.877 listas. Foram, porém, contados 3.524 votos. Algumas dezenas de mulheres concorreram às urnas” (*O Século*, 20 de março de 1933, p. 5).

Esta narrativa prossegue e destaca-se o número de mulheres que acorreram às urnas, em cada freguesia. Também, em alguns Distritos, identificam-se os presidentes das mesas eleitorais.

A reportagem prolonga-se por diversos dias e, no caso de *O Século*, os resultados têm seguimento durante toda a semana.

O *Diário de Lisboa* apresenta uma foto a toda a primeira página, com a seguinte legenda: “Dois aspectos do acto eleitoral”:

À esquerda — o sr. general Carmona entregando a sua lista na assembleia que funcionou na escola primária de Cascais; À Direita o Sr. Dr. Oliveira Salazar exercendo o direito de sufrágio na assembleia que funcionou na cantina escolar da rua Carlos Barreiros em Arroios. (*Diário de Lisboa*, 19 de março de 1933, p. 1)



Figura 4
Diário de Lisboa, 19 de março de 1933, p. 1.
 Fonte: reprodução do original (BNP).



Figura 5
Diário de Lisboa 19 de março de 1933, p. 4.
 Fonte: reprodução do original (BNP).

A página 4 oferece os resultados eleitorais de Lisboa e várias fotos de mesas de votação, com o seguinte destaque:

O acto eleitoral não modificou a fisionomia da cidade. Tudo decorreu normalmente. Da noite de ontem para hoje aumentou o número de cartazes de propaganda, tendo sido também afixadas algumas páginas do Diário da Manhã com apelos vários e recortes dos discursos ultimamente pronunciados pelo Sr. Dr. Oliveira Salazar. (*Diário de Lisboa*, 19 de março de 1933, p. 4.)

A cobertura jornalística deste ato eleitoral sofreu a influência de uma Constituição que reunia um consenso, sobretudo entre os republicanos, que confiavam na sua tendência expressa de defesa das liberdades. Depois de plebiscitada a Constituição, os princípios de defesa das liberdades deveriam ser regulamentados por meio de diplomas. Todavia, a regulamentação irá mesmo negar aqueles princípios, na medida em que os diplomas constituirão normas legitimadoras do cerceamento dos princípios e das liberdades correspondentes. Estes aspetos não terão expressão na imprensa

O acompanhamento do plebiscito, pelos jornais, faz-se de forma relativamente diferenciada, embora a natureza da narrativa jornalística siga as fontes oficiais, destacando as personalidades mais proeminentes, tais como o Presidente da República, Chefe do Governo, e ministros. O *Diário de Notícias* oferece uma narrativa, com um forte pendor oficioso, que

acompanha de perto o caminho; as intenções e os objetivos do regime. Para tanto, descreve as situações detalhadamente e apresenta os discursos na íntegra. Já *O Século*, distancia-se um pouco mais, mas faz questão de mostrar a sua fidelidade. Ambos, asseguram destaque de primeira página ao tema e uma cobertura que perdura por alguns dias. Quanto ao *Diário de Lisboa*, afirma-se muito mais independente ao enviar jornalistas para os locais; realizar reportagens fotográficas de mesas de voto e fornecer uma descrição mais independente. No entanto, os jornais seguem as fontes oficiais, a propósito de um acontecimento planejado como é o Plebiscito. O jornalismo resultante acaba por estar marcado pela tutela da censura, a partir da qual a independência dos jornalistas é, sistematicamente, posta em causa. De notar que todos os jornais sublinham o voto feminino e mostram fotos, onde as mulheres estão presentes e exercem, apesar das restrições, o seu direito de voto.

5.2. O atentado a Salazar em Lisboa em 4 de julho de 1937

Na construção do Estado Novo, a estratégia central residia em evitar a contestação pública e a dissidência, porque isso podia pôr em risco o projeto político de Salazar. Combatia-se a divulgação de ações oposicionistas, por meio da máquina de propaganda e de uma imprensa aliada do regime, ou silenciada pela censura. O controlo da imprensa era a chave para desacreditar os inimigos e garantir a confiança nas políticas salazaristas. (Pena-Rodriguez, 2013; 2019)

Entre os anos de 1936 e 1937, e coincidindo com a guerra civil espanhola, ocorreram revoltas, como a dos marinheiros, em 8 de setembro de 1936, e, em 1937, cometeram-se ataques contra as instalações da Emissora Nacional e Rádio Clube Português, bem como o atentado a Salazar em 4 de julho do mesmo ano.

A explosão de uma bomba deu-se na altura em que Salazar saía do seu carro, na Avenida Barbosa du Bocage, para assistir a uma missa, na capela da casa do seu amigo Josué Trocado. O atentado foi organizado pela Frente Popular Portuguesa, que integrava republicanos radicais, o Partido Comunista Português e anarquistas. Ao contrário do esperado, este delito vai contribuir para difundir uma imagem messiânica de Salazar e reforçar o mito do salvador da pátria (Madeira, 2013).

Na altura, o Partido Comunista Português fez notar, no *Avante*, que esta era uma monstruosa farsa e que tinha sido levada a cabo pelo próprio regime, para reagrupar forças à volta do “Chefe” (Matos, 2017, p. 245). Ainda assim, toda a propaganda foi desenhada no sentido de atribuir todas as responsabilidades aos comunistas e reviralhistas (Madeira, p. 2013).

Salazar saiu ileso, seguindo-se uma espetacular onda de comoção pública que foi habilmente explorada pelo regime. Este atentado teve o condão de suavizar as tensões com o Presidente Óscar Carmona, bem como com forças armadas (Araújo, 2017).

As iniciativas dos organismos de propaganda do Estado Novo trataram de organizar incontáveis manifestações, de norte a sul do País, em apoio a Salazar. De igual forma, o clero organizou missas campais e Te Deum. Igrejas e capelas, de todas as cidades, rezaram missas pela salvação do salvador. Senhoras, respondendo a uma iniciativa do *Diário de Notícias*, encheram São Bento de rosas vermelhas. Poesias; orações; cartas e telegramas, provenientes de todos os ramos militares; de todos os grupos sociais; dos diversos setores do comércio; da indústria e agricultura; das aldeias às cidades; do interior do país à orla marítima, movimentaram os correios portugueses, com uma afluência contínua, durante os meses que se seguiram. Durante semanas, a imprensa portuguesa teceu loas ao ditador, por ter saído ileso do atentado e mesmo ter sido protegido por desejo divino. Os jornais disputaram, entre si, cachas com elevada emoção, onde competiam, também, no tom laudatório de apoio incondicional a Salazar e à sua obra. Por todo o país, levantou-se uma onda de solidariedade, com ações populares, algumas patrocinadas pelos próprios jornais, e todas elas desenvolvidas, com eloquentes pormenores, nas páginas dos jornais.



Figura 6

Diário de Notícias, 5 de julho de 1937, p. 1.

Fonte: reprodução do original (BNP).

O título do *Diário de Notícias* — “Um crime que visava a Nação” — é muito sugestivo, ou seja, o atentado “infame”, como o qualifica o jornal, era contra Portugal inteiro. O tom de todas as peças é laudatório, sendo Salazar tratado como um herói, ou salvador: “A alma de uma nação não se destrói com uma bomba”. Salienta a pacificidade do povo português, incapaz

de tal malvadez e considera que terá havido “mãos de estrangeiros” (*Diário de Notícias*, 5 de julho de 1937, p. 1).

“Um estampido brutal abalou as avenidas novas. Eram precisamente 10,25. O Sol claro e quente encharcava de luz as ruas regulares do bairro. (...) O sr. dr. Oliveira Salazar parou, circundou um olhar lento em volta — ainda da cratera recém-aberta se elevavam colunas de pó — e transpôs o limiar do portão. O fato escuro estava coberto de poeira, mas, no rosto sereno nem um musculo se movera em contração de espanto ou de temor. Depois — como todos os outros domingos — assistiu ao sacrifício da missa, certamente agradecendo a Deus ter velado por Portugal mais uma vez”. (*Diário de Notícias*, 5 de julho de 1937, p. 1)

Uma enorme fotografia apresenta a concentração que se realizou, à noite, em São Bento, de apoio a Salazar, que se dirigiu aos manifestantes com estas palavras: “— Não há dúvida. Somos indestrutíveis! Porque a Providencia assim o destina e na terra vós o quereis.” (*Diário de Notícias*, 5 de julho de 1937, p. 1)

A concentração foi organizada pelos legionários, a quem se juntaram muitos outros setores e grupos, reunindo-se no Rossio e seguindo, em manifestação, em direção a São Bento.

No dia seguinte, o *Diário de Notícias* prossegue com títulos panegíricos, exaltando e enaltecendo o líder: “Um momento de elevação patriótica. Portugal inteiro saúda o Chefe do Governo em manifestações da mais alta simpatia e em protestos da mais indignada repulsa pelo atentado contra a sua vida” (*Diário de Notícias*, 6 de julho de 1937, p. 1).

O jornalista confessa que lhe escasseiam as palavras para descrever o estado de exaltação que o País vive:

É preciso confessá-lo: o noticiário é insuficiente para dar uma ideia exacta e completa do estado de emoção e de entusiasmo que dominou o País. Essa admirável manifestação pública de domingo à noite resultou, na sua grandiosidade, no seu sabor espontaneo, no delírio de apoteose, que a caracterizou, na profunda vibração que a evoluiu — um verdadeiro grito de alma: a consciência e o coração dum povo em exteriorizações livres alarmando os espaços por onde se cruzavam ainda os últimos écos de grandes festas recentes em louvor do ressurgimento da Nação. (*Diário de Notícias*, 6 de julho de 1937, p. 1)

No editorial, com o título “Obra de Bandidos”, assinalam-se, mesmo, os putativos autores do atentado:

Foram sim, o Crime e a Mentira que baldadamente tentam minar o subsolo da Pátria para nos entregar como escravos à legião de assassinos que tem em Moscovo o seu quartel-general e em Espanha, hoje, o seu campo de batalha e amanhã (mercê de Deus!) o seu patíbulo! (*Diário de Notícias*, 6 de julho de 1937, p. 1)

Figura 7
Diário de Notícias, 6 de julho
de 1937, p. 1.
Fonte: reprodução do
original (BNP).



Em todas estas peças, nota-se que o *Diário de Notícias* participa no enaltecimento da personalidade; no culto ao chefe e acentua, nas palavras e nos atos de Salazar, um desígnio divino e premonitório. A culpa do atentado é encaminhada para estrangeiros, a soldo de Moscovo, ou para aqueles que se batiam na guerra civil de Espanha contra as forças de Franco. O *Diário de Notícias* colabora, assim, numa poderosa ação de propaganda desenvolvida em torno do atentado.

Durante quinze dias consecutivos, o *Diário de Notícias*, trouxe o assunto em primeira página, com desenvolvimento em mais do que uma página interior. O atentado oferecia perspectivas abundantes para abordagens e análises diferenciadas, embora as notícias acabem por constituir um conjunto homogêneo, de natureza apelativa, sendo objeto único de interesse jornalístico as reações dos vários setores sociais, económicos e políticos em apoio a Salazar. As peças reforçam o tema da imunidade, e do desenvolvimento do programa do Estado Novo, sob formato apologético de enaltecimento de Salazar. A divulgação de telegramas, cartas, visitas e manifestações de apoio, para além das missas em ação de graças, ganham centralidade e funcionalidade publicitária em torno da temática prioritária “o salvador da Pátria”.

No dia a seguir ao atentado, *O Século* oferece uma primeira página repleta de pormenores: fotografia do local do atentado, planta para explicar como foi montado o atentado e vários artigos que descrevem o acontecimento.



Figura 8

O Século, 5 de julho de 1937, p. 1.

Fonte: reprodução do original (BNP).

Ontem, de manhã, foi praticado um miserável atentado contra o sr. dr. Oliveira Salazar. Quando o chefe do Governo entrava, para ouvir missa, em casa de um amigo, á avenida Barbosa do Bocage, uma bomba de dinamite que fora disposta por debaixo da tampa do colector foi feita explodir por meio de um sistema eléctrico accionado da caixa doutro colector, na avenida Cinco de Outubro. (*O Século*, 5 de julho de 1937, p. 1)

Trata-se um título desenvolvido que explica todo o acontecimento. E continua, em forma de opinião: “Felizmente, ninguém foi atingido; e era tal a força do criminoso engenho que, no leito da rua, ficou aberto um buraco enorme, onde cabem à vontade uns vinte homens, e, nos edifícios da frente, todos os vidros se partiram” (*O Século*, 5 de julho de 1937, p. 1).

O artigo de fundo é também encimado por uma fotografia de Salazar, semelhante à publicada no *Diário de Notícias*. O texto denuncia o bolchevismo, responsável pelas “tragédias, crimes e selvajarias e as inauditas infâmias de que tem sido teatro a pobre Espanha submetida ao império miserável dos “vermelhos”. (*O Século*, 5 de julho de 1937, p. 1)

O Século descreve Salazar caminhando ao encontro do seu amigo José Trocado, conforme se vê a seguir:

Sorridente, sereno, com uma serenidade verdadeiramente excepcional numa contingência daquelas, com absoluto domínio de vontade, o chefe do Govêrno agradeceu aos dois amigos as atenções, mas serenou-os com um gesto. Depois, relanceou, rápido, um olhar sobre o montão de terra, pedras, ferros torcidos e manilhas partidas que, a meio da avenida, substituíam, agora, a placa arborizada, e disse-lhes: — bem, vamos á missa! (*O Século*, 5 de julho de 1937, p. 1)

O Jornalista de *O Século* que escreve esta peça, certamente não assistiu à cena do atentado, nem ouviu as palavras que Salazar terá pronunciado, nem a forma como se dirigiu às senhoras que o esperavam, nervosas, dentro de casa. Estes detalhes, provavelmente criados pela sua imaginação, concorrem para o clima de emoção e promoção do mito que se vai desenvolver, em torno da figura do dirigente dos Estado Novo: o homem que não tem medo, que não se sobressalta perante o perigo e que é protegido por uma entidade divina.



Figura 9
O Século, 6 de julho de 1937, p. 1.
Fonte: reprodução do original (BNP).

O jornal baseia as suas notícias nas diversas reações ao atentado:

Todo o País vibra de indignação pelo nefando atentado de ante-ontem.

Muitos milhares de telegramas enviados de quase todas as cidades, vilas e aldeias de Portugal, da Colónias e do Estrangeiro, entre os quais um de Hitler e outro de Mussolini, foram recebidos na casa do chefe do Governo manifestando-lhe inteira solidariedade e verberando o monstruoso crime. (*O Século*, 6 de julho de 1937, p. 1).

Também *O Século* dedicou a sua primeira página, a dar destaque a este assunto, pelo menos até o dia 12 de julho. As notícias foram alimentadas pela reação de diversos setores sociais que demonstraram publicamente a sua indignação. No dia 12 de julho, o órgão noticia o “Te-Deum em acção de Graças pelo malogro do atentado contra o chefe do Govêrno”.

Já o *Diário de Lisboa* faz-se mais parco na adjetivação para qualificar o atentado. A peça é encimada pelo título:

Atentado criminoso que se frustrou: Explodiu esta manhã uma bomba de dinamite em frente da capela onde o chefe do Governo ouve missa no momento em que o sr. dr. Oliveira Salazar saía do seu automovel. Não houve ferimentos e os estragos limitaram-se a vidros partidos. (*Diário de Lisboa*, 4 de julho de 1937, p. 1)

O título é desenvolvido, com a utilização de tipos, de variados tamanhos, para destacar algumas frases.

O editorial, provavelmente da autoria de Joaquim Manso, o diretor do Jornal, difere, em género e forma, dos homólogos do *Diário de Notícias* e de *O Século*:

“Pensamos hoje o que há muitos anos dissemos, numa hora de lutas ferozes e paixões inclementes: — “É contraproducente eliminar um adversário, quando as suas ideias já não cabem na vida do sementeiro, porque bracejam à espera das gerações futuras.”

“O atentado de que foi alvo o sr. Dr. Oliveira Salazar corresponde a uma mentalidade atrasada que não compreende como a época atual ordena a linha da sua conduta.” (*Diário de Lisboa*, 4 de julho de 1937, p. 1)

A descrição dos acontecimentos relacionados com o atentado foi feita nos seguintes termos:

Pouco depois das 10 e 20. Parou à porta do sr. dr. José Trocado o automóvel do chefe do Governo. O “chauffeur” Raul abria a portinhola saindo em primeiro lugar, o sr. Leal Marques, chefe de gabinete do sr. presidente do Conselho.

“Quando o sr. dr. Oliveira Salazar punha o pé no passeio ouviu-se uma forte explosão, voando pelos ares pedras e terra da placa central da avenida, enquanto se estilhaçavam muitos vidros dos

prédios vizinhos. (...) Mas o sr.dr. Oliveira Salazar, com a maior serenidade, apeou-se e disse para o Sr. Leal Marques... Vamos assistir à missa. O chefe do Governo entrou na Capela, tranquilizado as senhoras cujo nervosismo, como é natural, era grande. E ali ouviu a missa habitual.

(...) “— Como fiquei vivo, terei de continuar a trabalhar. Em seguida despediu-se de todos, dizendo da porta para o sr. José Teles: —Eu tenho sempre muita sorte nestas coisas! (*Diário de Lisboa*, 4 de julho de 1937. P. 1)



Figura 10
Diário de Lisboa, 4 de julho de 1937, p. 1.
 Fonte: Casa Comum, Fundação Mário Soares [http://casacomum.org/cc/visualizador?past=05763.027.06562]



Figura 11
Diário de Lisboa, 5 de julho de 1937.
 Fonte: Casa Comum, Fundação Mário Soares [http://casacomum.org/cc/visualizador?past=05763.027.06563]

“A Brecha”, um artigo de fundo, descreve a situação das finanças publicas:

Toda a gente sabia que o Estado se administrava como os morgados que empenham as suas rendas para salvarem os seus vícios. Já no tempo da descoberta da Índia as receitas não chegavam para cobrir as despesas. Pediamos emprestado a juros altos, de levar couro e cabelo.”

(...) O sr. Dr. Oliveira Salazar apareceu como uma derradeira esperança, visto ter o orgulho de não prometer nada para fazer tudo. Precisamente quando a ruína se desenhava sem um disfarce, o professor de finanças revelou-se estadista, demonstrando que só a virtude tinha direito a gerir os dinheiros do Estado.

(...) Há cinco anos que ele, alargando a sua acção, de forma a poder dar corpo á mística e a doutrina que trazia no pensamento, traz o país entre mãos, não como o barro modelado pelo artista, mas sim como o espírito que cede à razão e à persuasão.

Formulamos os mais sinceros votos, para que o seu labor seja abençoado por Deus e as gerações de hoje nunca se esqueçam do homem que lhes deu a fé e a confiança para vencerem as dúvidas e temores da hora em que nasceram. (*Diário de Lisboa* 5 de julho de 1937, p. 1)

Diferente dos outros dois jornais, o *Diário de Lisboa* deu atenção mediática e destaque de primeira página ao atentado, durante dois dias (dias 4 e 5). Os textos são frugais em adjetivação relativa ao presidente do Conselho de Ministros e não relatam os movimentos que se desencadearam, de apoio a Salazar, ao passo que tanto o *Diário de Notícias*, como *O Século*, se centram nestes temas para manter o atentado em primeira página.

O artigo de fundo, do *Diário de Lisboa*, faz um historial da ação de Salazar como ministro das Finanças, contrapondo essa ação à desorganização dos dinheiros públicos, com gastos de montantes superiores às receitas, concluindo que o benefício que Salazar trouxe, e que lhe mereceu prestígio, foi o equilíbrio das finanças publicas. E, em dois dias, se deu por finalizada a participação jornalística do *Diário de Lisboa* na questão do atentado.

5.3. As eleições para a Presidência da República em 1958: a candidatura de Humberto Delgado

Vinte e um anos depois do atentado a Salazar, a candidatura de Humberto Delgado às eleições presidenciais de 1958, criou um momento político que abalou profundamente o regime.

A historiografia contemporânea refere-se ao terramoto delgadista, para aludir ao efeito da candidatura do general de Humberto Delgado à presidência da República (Rosas, 1990; Reis, 1990). A aparente imutabilidade do regime, sofrerá um grande abalo, e não será apenas a candidatura mas, sobretudo, a campanha eleitoral feita em moldes inéditos, até então, no Portugal da ditadura salazarista (Reis, 2018). A expressão “obviamente demito-o” endereçada a Salazar, por um general formado no regime, abriria brechas e contribuiria, largamente, para uma grande mobilização. A campanha para as eleições presidenciais iniciou-se a 10 de maio e teve, como momentos altos, a visita ao Porto, a 14 de maio, e a chegada à Lisboa a 16, do mesmo mês.

A imprensa portuguesa cobre largamente esta campanha e mobiliza, para o efeito, os seus melhores e mais competentes repórteres. Mas as reportagens e a informação são vítimas de uma censura que tinha sido reformulada em 1944.

A Direção Geral dos Serviços de Censura, que funcionava sob tutela direta de Salazar, era exercida por meio de um Conselho de Imprensa, onde tinham assento os diretores dos jornais que, aí, recebiam as instruções sobre a missão do Governo. Portanto, os dispositivos de controlo à imprensa estavam, naquele instante, reforçados, sob o comando direto Presidente do Conselho de Ministros, e apoiados numa forte estrutura orgânica que transformava a Imprensa numa marioneta das vontades e desígnios do regime.

Humberto Delgado tinha sempre sido fiel ao regime, e a Salazar, desde a fundação do Estado Novo. Participou no movimento militar de 28 de maio de 1926, servindo na Legião Portuguesa e na Mocidade Portuguesa. Porém, durante a II Guerra Mundial, Delgado passa de uma afinidade com o lado do eixo, para uma simpatia crescente para com os aliados. Representou Portugal, nos acordos secretos com o Governo Britânico, a propósito da utilização dos Açores, como base, durante a guerra. Foi o seu trajeto internacional que o afastou, progressivamente, de Salazar. Depois de ter estado um ano, como representante na Câmara Corporativa (1951-1952), foi nomeado, em 1952, adido militar na Embaixada de Portugal, em Washington, e membro dos representantes militares da NATO, chegando a chefiar a Missão Militar, junto à NATO, depois da sua promoção a general (2015: Rosa).

A cobertura jornalística, desta campanha eleitoral, marca as origens de uma mudança no jornalismo em Portugal (Cabrera 2006; Baptista & Correia 2007), bem como a organização contestatária dos estudantes, que se havia de transformar no movimento associativo, surgido na crise académica de 1962, e fortalecido, ao longo da década de 60. O tumultuoso apoio popular que Delgado recolhe; as declarações que proferiu; o estilo desabrido, truculento e direto, abalaram profundamente o regime. As presidenciais de 1958 serão, mesmo, as últimas, durante a vigência do Estado Novo. Após a eleição, que deu vitória a Américo Tomás, procedeu-se a uma revisão constitucional, onde o Presidente da República passará a ser eleito por um colégio eleitoral.

A campanha eleitoral começa a 10 de maio e acaba a 4 de junho, seguindo-se o ato eleitoral, em 8 de junho. Estavam em cena três candidatos: Américo Tomás apoiado pela União Nacional, Humberto Delgado candidato independente e Arlindo Vicente, com um passado antifascista, e apoiado pelo Partido Comunista Português e outros setores de esquerda. Nestas eleições, Arlindo Vicente desiste, a 30 de maio, a favor de Humberto Delgado, que reunia um vasto apoio popular.

Quando a candidatura de Américo Tomás estava, ainda, a ser formalizada, pela União Nacional, já Humberto Delgado fazia a primeira ação de campanha, numa conferência de imprensa, levada a cabo no café Chave de'Ouro, em Lisboa. O espaço era pequeno, para tanto público e tantos jornalistas. Foi ali, que o jornalista Lindorfe Pinto Basto, da agência

France-Press, fez a pergunta que havia de marcar toda a campanha eleitoral: “Sr. General, se for eleito Presidente da República, que fará do Sr. Presidente do Conselho? — Humberto Delgado respondeu: “Obviamente demito-o!”

Os significados e efeito, da candidatura de Humberto Delgado, abalaram, profundamente, o regime, produzindo um desequilíbrio que acelerou a desagregação da política situacionista. Como candidato independente, Delgado era um mediador entre militares desafetos do regime e a oposição liberal. Na campanha, teve um forte apoio popular, visível em todos os eventos. O Porto recebe-o apoteoticamente, entre 14 e 16 de maio. Os mais de 200 mil participantes, no comício, e as diversas manifestações que rodeavam sistematicamente Delgado, pressionam negativamente o regime (Faria & Delgado, 1998).

A partir deste quadro, as reações de contra-informação, lideradas, ao mais alto nível, pela União Nacional, foram imediatas. No regresso do Porto, por ação do ministro Santos Costa, o automóvel de Delgado é desviado, e afastado da multidão que o esperava em Santa Apolónia.

Dadas as condições adversas ao situacionismo, a repressão aumenta e, até ao fim da campanha, Delgado será várias vezes impedido de realizar ações, como aconteceu no comício de Braga (Rosa, 2015).

Inicialmente, a campanha, que para o regime parecia ser um passeio no parque, transformou-se num pesadelo, onde todos os representantes do regime foram obrigados a tomar parte e a intervir. Ministros, secretários de Estado, quadros da União Nacional, percorreram o País de norte a sul, organizando comícios e intervenções, para além de colaborações nos jornais, com artigos de apoio ao candidato Américo Tomás.

A oposição sabia que havia problemas com os cadernos eleitorais, a que não tinha acesso e viu-se impedida de inspecionar o funcionamento das mesas de voto e, naturalmente, sucederam-se as fraudes. Os resultados dão a Humberto Delgado 1/4 dos votos expressos. Américo Tomaz será o novo presidente da República.

Alguma imprensa, nomeadamente o *Diário de Notícias* e *O Século*, teve um papel fundamental na reprodução dos estereótipos do regime e no apoio ao candidato da União Nacional.



Figura 12
Diário de Notícias, 11 de maio de 1958, p. 1.
 Fonte: Fonte: reprodução do original (BNP)



Figura 13
Diário de Notícias, 13 de maio de 1958, p. 1.
 Fonte: reprodução do original (BNP).

Estes dois números, do *Diário de Notícias*, demonstram como a frase de Humberto Delgado — “Obviamente demito-o” nem é mencionada. Assim, o que é notícia são as reações de apoio a Salazar e a indignação face à enorme “ofensa”, acerca da declaração de Humberto Delgado e a forma como afetava as lideranças do regime:

Milhares de telegramas recebidos na Presidência do Conselho manifestando agradecimento e confiança em Salazar e protestando contra as afirmações do general Humberto Delgado. (*Diário de Notícias*, 11 de maio de 1958, p. 1)

Canto inferior esquerdo vem o título da polémica:

A demissão do Presidente do Conselho e a instauração dum regime forte e de características militares eram as primeiras atitudes do general Humberto Delgado se fosse eleito. (*Diário de Notícias*, 11 de maio de 1958, p. 1)

Na verdade, a frase inspiradora de toda a polémica é publicada, apenas na página 7, como se pode observar:

O âmbito é solene. Faz-se um silêncio impressionante na mesa da Imprensa, enquanto alguns dos «mirões» mais curiosos se aproximam da mesa de honra e as senhoras, sorridentes, se recostam mais nas cadeiras, preparando-se, algumas com um ligeiro toque no chapéu, para o espectáculo que ia começar...
A primeira pergunta surgiu, breve e directa:
A primeira pergunta surgiu breve e directa:
— Se fosse eleito, sr. general, qual seria a sua atitude para com o sr. Presidente do Conselho?...
A resposta foi pronta e categórica:
— Mas, obviamente, demitia-o...
(Aplausos frenéticos da assistência e risos estridulos das senhoras presentes...). Alguns jornalistas sorriem. Devem ter pensado que o primeiro acto do Presidente do Conselho, depois duma eleição presidencial, é, como se sabe, pedir a demissão...).

Figura 14

Diário de Notícias 11 de maio de 1958, p. 7.
Fonte: reprodução do original (BNP).

Neste texto, nota-se que o jornalista procura captar o ambiente, na conferência de imprensa:

O âmbito é solene. Fez-se um silêncio impressionante na mesa da Imprensa, enquanto alguns dos “mirões” mais curiosos se aproximavam da mesa de honra e as senhoras, sorridentes, se recostavam mais nas cadeiras, preparando-se, algumas com um ligeiro toque no chapéu, para o espetáculo que ia começar. (*Diário de Notícias*, 11 de maio de 1958, p. 7)

No dia 12 de maio, o destaque é dado às medidas de desagravo a Salazar, devido às palavras de Humberto Delgado.

Nota-se aqui um jornalismo feito sob a tutela da censura: descritivo, com pormenor, seguindo a sequência dos acontecimentos, cronometrado, onde se integra as intervenções dos oradores, por ordem. Ainda assim, em algumas peças, os textos deixam de fazer sentido e percebe-se

então os cortes da censura. De qualquer modo, este jornalismo correspondia, também, à tradicional linha editorial, onde o apoio ao regime, e a assunção do órgão oficioso era patente.

No dia 13, o jornal prossegue com os títulos laudatórios:

A admiração pela obra de Salazar e a repulsa pelas afirmações do general Humberto Delgado expressas em numerosas mensagens recebidas na Presidência do Conselho. (*Diário de Notícias*, 13 de maio de 1958, p 1).

O tom da titulação, e da narrativa jornalística, é, em tudo, semelhante àquela utilizada aquando do noticiário sobre o atentado de 1937. Esta situação deixa ver o imobilismo do jornal, mas também a decadência do regime. O regime, ao não encontrar novos argumentos, para confrontar os opositores, centra-se na intocabilidade de Salazar, como se o seu passado, simbólico, justificasse o seu presente estado político. Quanto ao jornal, insiste no mesmo género de narrativa, comportando-se como um órgão oficioso do regime. Mostra que o seu lado é o da defesa do regime de Salazar, e a sua missão é louvar o governante e tecer-lhe os mais rasgados elogios.

Tal como a maior parte da “grande imprensa” da época, o conservadorismo do jornal nota-se também no desenho da página e no imobilismo ao nível dos quadros dirigentes, intermédios e redatores. Augusto de Castro continuará a ser o diretor do jornal e manter-se-á no cargo até 1971, data da sua morte.



Figura. 15
O Século, 13 de maio de 1958, p.1.
Fonte: reprodução do original (BNP).

O Século, nas suas reportagens sobre a campanha eleitoral, aproxima-se muito do estilo do *Diário de Notícias*. Como exemplo, a edição de 11 de maio realiza o desenho da primeira página com a intenção de colocar, lado a lado, a candidatura de Américo Tomás e a de Humberto Delgado. Para título da primeira notícia, não escolhe a frase emblemática que Humberto Delgado proferiu, em resposta a um jornalista, optando por citá-la, apenas à página sete. Assim, o título de primeira página resulta também da intervenção do candidato: “Se for eleito — declarou o sr. general Humberto Delgado na sua conferência de imprensa — para manter a ordem nas ruas, haverá um regime de força e técnica militares, embora durante um período curto” (*O Século*, 11 de maio de 1958, p.1).



Figura 16

O Século, 12 de maio de 1958, p. 1.

Fonte: reprodução do original (BNP).

Ainda sobre as palavras de Humberto Delgado, proferidas na conferência de imprensa de dia 10, o título sublinha, não as palavras, mas as reações de apoio a Salazar:

Erguem-se protestos contra as afirmações do sr. general Humberto Delgado acerca do sr. Presidente do Conselho, na sua conferência à Imprensa

Com exaltação patriótica e as mais significativas manifestações milhares de pessoas assistiram à sessão de propaganda eleitoral no ginásio do Liceu Camões, vitoriando constantemente os nomes de Portugal, do sr. Presidente do Conselho e do candidato à Presidência da República sr. Contra-almirante Américo Tomás. (*O Século*, 12 de maio de 1958, p. 1)



Figura 17
O Século, 17 de maio de 1958, p. 1.
Fonte: reprodução do original (BNP).

Tal como no *Diário de Notícias*, as reações às palavras de Humberto Delgado continuam a fazer títulos na primeira página:

O prestígio de Salazar integrou-se de tal modo no património e na consciência geral da Nação que atentar contra ele é ferir profundamente os seus sentimentos mais nobres e desinteressados — palavras do sr. ministro do Interior na sessão de propaganda da U.N. realizada no Porto. (*O Século*, 13 de maio de 1958, p.1)

A campanha de Humberto Delgado sai da primeira página para as páginas 6 e 9, conjuntamente com outros candidatos. Para a primeira página vêm os assuntos internacionais, comentários ou intervenções, em sessões organizadas pela União Nacional, a favor de Américo Tomás, além de notas oficiosas como a da figura 18 ou comunicados como o da figura 19.

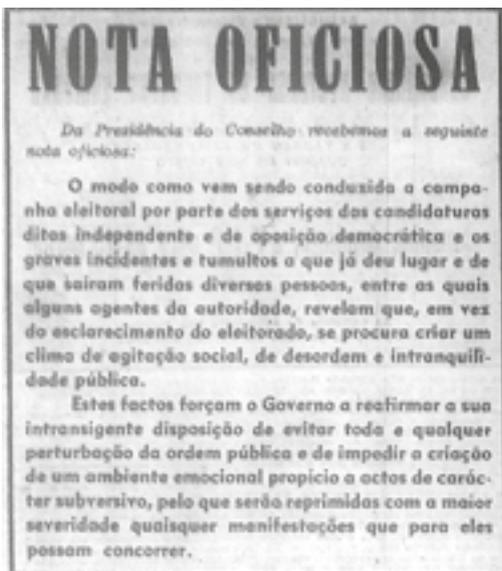


Figura 18

Nota oficiosa.

Fonte: *O Século*, 19 de maio de 1958, p. 1 (reprodução do original, BNP).



Figura 19

Comunicado do Ministério do Interior.

Fonte: *O Século*, 19 de maio de 1958, p. 1 (reprodução do original, BNP).



Figura 20

O Século, 19 de maio de 1958, p. 6.

Fonte: reprodução do original (BNP).



Figura 21

Diário de Lisboa, 10 de maio de 1958, p. 1.

Fonte: *Diário de Lisboa*, 1958, Fundação Mário Soares/DRR — Documentos Ruella Ramos [http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_17846]

Quanto à campanha eleitoral ela é enquadrada, sob tom apologético, para o candidato da União Nacional e sob tom disfórico/pejorativo para as afirmações de Humberto Delgado acerca de Salazar (cf. figura 20).

O título do *Diário de Lisboa*, Figura 21, é explicativo e oferece um ângulo, onde a consulta livre à Nação está presente, situação que foi omitida pelos dois jornais já citados: “O General Humberto Delgado afirma o propósito de promover a formação de um governo forte que assegure a ordem e permita uma consulta livre à Nação” (*Diário de Lisboa*, 10 de maio de 1958, p.1).

O jornal disponibiliza entrevistas a diversas individualidades, opositoristas, tais como Rolão Preto, Vasco Vieira de Almeida e Vasco da Gama Fernandes.



Figura 22
Diário de Lisboa, 14 de maio de 1958, p. 1.
 Fonte: *Diário de Lisboa*, 1958, Fundação Mário Soares/DRR — Documentos Ruella Ramos [http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_17858]



Figura 23
Diário de Lisboa, 14 de maio de 1958 p 9.
 Fonte: *Diário de Lisboa*, 1958, Fundação Mário Soares/DRR — Documentos Ruella Ramos [http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_17858]

Segundo descrição do jornal, o general foi recebido na estação de Santa Apolónia por “Uma estrondosa manifestação — o general apareceu à portinhola da carruagem não ocultando franca emoção. Também alguns ferroviários apresentaram os seus cumprimentos de despedida.” (*Diário de Lisboa*, 14 de maio de 1958, p. 9). Já no Porto, a receção foi entusiástica, com o Coliseu a exceder três ou quatro vezes a lotação:

Pode dizer-se que excedeu todas as previsões o entusiasmo das manifestações com que foi acolhido, durante a sua visita a esta cidade, o general Humberto Delgado. Na sessão de propaganda, à noite, realizada no Coliseu, cuja entrada era por convites, a lotação da vasta sala de espetáculos foi excedida três ou quatro vezes. (...) hoje, pela manhã, perante medidas policiais que isolaram completamente o monumento ao Soldado Desconhecido, na Praça Carlos Alberto, e que obrigavam o publico a circular pelos passeios, o general Humberto Delgado foi ali prestar homenagem aos que, em 1914-18, morreram pela independência da Pátria. (*Diário de Lisboa*, 15 de maio de 1958, p. 9)



Figura 24
Diário de Lisboa, 21 de maio de 1958, p. 1.
 Fonte: *Diário de Lisboa*, 1958, Fundação Mário Soares/DRR — Documentos
 Ruella Ramos [http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_17673]

A 21 de Maio, aos microfones do Radio Clube Português, Jorge Botelho Moniz entrevista Cunha Leal que declara o seu apoio a Humberto Delgado. A entrevista é também transcrita neste jornal (cf. figura 25).



Figura 25
Diário de Lisboa, 30 de Maio de 1958, p. 6.
 Fonte: *Diário de Lisboa*, 1958, Fundação Mário Soares/DRR — Documentos Ruella Ramos [http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_18112]

Quando os dois candidatos oposicionistas selam um acordo e Arlindo Vicente desiste a favor de Humberto Delgado, o *Diário de Lisboa* titula assim: “Os dois candidatos oposicionistas concluíram um acordo para o acto eleitoral assumindo o candidato sr. dr. Arlindo Vicente posição a favor do general Humberto Delgado”. A peça continua:

Os dois candidatos, após reunião que tiveram em conjunto com alguns dos seus mais próximos colaboradores, chegaram a um acordo (...) O sr. dr. Arlindo Vicente faz a declaração de que ele próprio e os seus serviços, apoiarão, daqui até à eleição, a posição do general Humberto Delgado que passa deste modo a ser considerado candidato único da oposição. (*Diário de Lisboa*, 30 de maio de 1958, p. 6)

O *Diário de Lisboa* criou também uma rubrica para o acompanhamento eleitoral intitulada “Visita jornalística aos candidatos”. Nestas peças, o jornalista traça um perfil de cada um dos três candidatos. O primeiro a ser visitado foi o general Humberto Delgado, que recebe os jornalistas, na sua casa, com a mulher a tocar piano, e as duas filhas a ladeá-lo. Cena familiar muito comum nas campanhas eleitorais dos Estados Unidos da América, onde Delgado

se inspirou (Reis, 2018). Américo Tomás foi o último, fotografado a tentar apanhar o neto.

O *Diário de Lisboa* mostra-se como um jornal não afeto ao regime e que pretende manter a independência possível, num registo de imprensa subordinada à censura. Contudo, no plano da comunicação social, as diferenças com os outros dois veículos são **evidentes**, quer na seleção da titulação, quer na intencionalidade da colocação das peças nas páginas, quer ainda, na forma como os assuntos são abordados no texto jornalístico.

O *Diário Popular*, jornal muito mais recente, já que foi fundado em setembro de 1942, possui uma abordagem mais maleável e moderna.



Figura 26
Diário Popular, 10 de maio de 1958, p. 1.
Fonte: reprodução do original (BNP).

O *Diário Popular* é o único jornal que traz, para título da 1.^a página, a frase da polémica: “Se for eleito demito o Presidente do Conselho — afirmou o general Humberto Delgado na conferência de imprensa”. Este título é ilustrado por uma fotografia que mostra a conferência de imprensa realizada no Café Chave d’Ouro em Lisboa. (*Diário Popular*, 10 de maio de 1958, p. 1).

O texto jornalístico procura mostrar as emoções que se jogavam na conferência de imprensa:

A expectativa da reunião aumenta ainda mais. O ambiente parece carregar-se, como se fossemos todos assistir a um duelo de palavras, em que o diálogo tivesse o poder de ferir como a ponta de um florete. O candidato apresenta grande calma, o seu físico parece ainda mais avultado, pronto a receber os golpes eventuais de um hipotético adversário. Um colega de uma agência estrangeira pergunta: — “Se vossa Excelência for eleito Presidente da República qual será a sua atitude em relação ao sr. Presidente do Conselho?” Sem uma hesitação, fulminantemente, o candidato responde: —”Demito-o!” (*Diário Popular*, 10 de maio de 1958 p. 1 e p. 10)

Alguém na banca dos jornalistas manifesta-se vivamente a favor desta última frase, mas o jornalista do *Diário Popular* adverte:

A missão da imprensa é relatar fielmente quanto se passa. O jornalista não deve, no desempenho da sua missão profissional, tomar qualquer atitude política. Não chegou a haver incidente, pois o sentido da razão e da alta função da imprensa é logo esclarecido e compreendido. (*Diário Popular* 10 de maio de 1958 p. 1 e p. 10)



Figura 27
Diário Popular, 11 de maio de 1958, p. 1.
Fonte: reprodução do original (BNP).

Ao contrário dos jornais afetos ao regime, o *Diário Popular* não faz suas, as palavras da União Nacional, mas atribuiu as declarações àquela instituição: “Eleições presidenciais: verdadeira afronta considera a União Nacional as declarações de general Humberto Delgado” (*Diário Popular*, 11 de maio de 1958, p. 1). Continua a peça:

Dos serviços de imprensa da União Nacional recebemos o seguinte comunicado ‘Assiste com pasmo, ao eclodir de um ataque frontal á mais representativa figura de Português das últimas três décadas’, o comunicado lembra a ligação de Humberto Delgado ao regime e salienta que o candidato (Humberto Delgado), não pode desconhecer a importância nacional e internacional que teve o Presidente do Conselho. (*Diário Popular*, 11 de maio de 1958, p. 1 e p. 10).



Figura 28
Diário Popular, 12 de maio de 1958, p. 1.
 Fonte: reprodução do original (BNP).

O jornal apresenta, em primeira página, e lado a lado, os títulos correspondentes às eleições presidenciais e os títulos salientam as preocupações ou explicações dos dois candidatos: o independente Humberto Delgado e o representante da União Nacional.

No dia 13 de maio, o *Diário Popular* destaca, na primeira página “As eleições presidenciais”, dando palavra a duas personalidades que apoiam cada um dos candidatos, por meio de entrevista. Esta estratégia, de acompanhamento das eleições, continua, no dia 14 de maio, com depoimento de Pinto Barriga, pela União Nacional e apoiante de Américo Tomás e de António Sérgio, apoiante de Humberto Delgado e prossegue durante a campanha eleitoral.

A receção que Humberto Delgado teve, à chegada ao Porto, foi apoteótica, com uma manifestação de mais de 100 mil pessoas. Mas a censura não permitiu a publicação de fotografias da viagem ao Porto. (Rosa, 2015). No dia 16, no regresso da viagem ao Porto, Humberto Delgado faz uma conferência de imprensa, com o objetivo de denunciar a forma como a sua campanha tem sido boicotada pelo governo. Nem uma fotografia da apoteótica receção, no Porto, foi publicada pela imprensa o *Diário Popular*, dá conta dessa situação, por meio da transcrição que faz da conferência de imprensa. (*Diário Popular* 17 de maio de 1958 p. 1 e 6).

No texto da p. 6 nota-se a falta de várias palavras. Depois do título “Aspectos da viagem ao Norte do País” lê-se “mais uma pausa”, como se o relato da conferência de imprensa tivesse sido interrompido — e, provavelmente o foi pela censura. Sabemos hoje que os arquivos dos jornais da época, por exemplo o do *Diário de Notícias*, dispõem de magníficas fotografias da campanha de Humberto Delgado, no Porto, cuja publicação foi proibida, diretamente pela polícia política (PIDE), de forma a apagar a existência da viagem ao Porto e da receção que lhe foi oferecida.

Por todo o país, Delgado teve receções notáveis que os jornais não puderam publicar.

O *Diário Popular* assinala, nas suas páginas, tal como foi feito pelo *Diário de Lisboa*, que “O Rádio Clube Português faz eco da campanha eleitoral, através dos seus emissores e sublinha que a direção desta emissora entendeu, que devia facultar a utilização dos seus emissores, aos candidatos à Presidência da República, independentemente das suas tendências políticas. (*Diário Popular*, 17 de maio de 1958, p. 7)

Observa-se também, as boas práticas jornalísticas do *Diário Popular*, que submete, a cuidadoso escrutínio, os documentos provenientes da propaganda eleitoral. Perante as dúvidas, quanto à origem fidedigna de um comunicado, atribuído ao candidato independente, os jornalistas cruzaram a informação, diretamente com os serviços da candidatura, que confirmaram a falsidade do comunicado. (*Diário Popular*, 19 de maio de 1958, p. 7)

O jornalismo feito sob a tutela da censura e toda a repressão e coação sobre os jornalistas que lhe estava associada, cumpria o objetivo de distorcer a realidade. Os relatos, relativos à campanha de Humberto Delgado, deixam ver os estragos e a deturpação da realidade que a censura propiciava.

Os agentes de autoridade, e a polícia política, tinham clara a estratégia de repressão e de provocação. A censura atuava também com um subterfúgio para apagar a novidade da campanha de Delgado. Para a visita ao Porto, tiveram a clara orientação de que nenhuma fotografia devia ser publicada, nem poderia haver notícias sobre a campanha, no Porto.

Contudo, há diferenças notórias entre os jornais. O *Diário de Notícias* mostra estar do lado do governo, comporta-se como um órgão oficioso em apoio a Salazar. O *Século* faz um caminho semelhante ao *Diário de Notícias*, embora não se comporte como um órgão oficioso.

Tanto o *Diário de Lisboa*, como o *Diário Popular*, são jornais que procuram uma maior independência, e refugiam-se na descrição dos acontecimentos, de onde se pode retirar algumas conclusões sobre o que, de facto, se passa. Ambos procuram equilíbrio quando

escolhem entrevistar, todos os dias, apoiantes dos dois lados das candidaturas presidenciais.

Contudo, o *Diário de Lisboa* toma as suas opções e escolhe apoiar a oposição.

Em eleições anteriores, era habitual uma certa abertura e flexibilização da censura durante o período eleitoral, para dar o tom de normalidade ao ato eleitoral. Mas nestas eleições não foi assim. Como se disse anteriormente, a censura radicalizou a sua ação e procedeu a uma intervenção draconiana cujo objetivo foi o de silenciar as ações de campanha de Humberto Delgado. Nenhum jornal conseguiu publicar acerca dos banhos de multidão que rodearam Delgado, durante os três dias que esteve no Porto, nem a sua chegada a Lisboa ou nas diversas ações de campanha que desenvolveu na capital e em diversos pontos do país.

5.4. Marcello Caetano: os jornais e os jornalistas — epílogo

Quando Salazar ficou incapacitado para governar, e foi substituído por Marcello Caetano, muitos pensaram que se abria um novo ciclo e, outros aventaram até a hipótese de se fazer uma transição que suavizasse o regime (Carvalho, 1973). Mas não foi assim.

Caetano foi um político profundamente implicado no espírito do Estado Novo, desde a sua juventude. A sua vida foi repartida entre diversos cargos políticos que desempenhou (ministério das Colónias 1944-47; preside à Câmara Corporativa entre 1949-1955; ministro da Presidência entre 1955 e 1958 e, finalmente, Presidente do Conselho de Ministros, entre setembro de 1968 e abril de 1974). A sua fidelidade ao regime não o impediu, porém, de tecer algumas críticas. Escrevia com regularidade a Salazar e fazia sugestões, mas todas elas dentro do espírito do Estado Novo (Antunes 1985; 1994).

A vida académica, e o gosto pelo ensino, ocuparam-no, juntamente com as atividades políticas. Entre 1959 e 1962 é Reitor da Universidade de Lisboa. A crise académica de 62, iniciada com a proibição, pelo Ministério da Educação, das comemorações do dia do estudante, criaram uma situação insustentável. A luta estudantil recrudescceu, os estudantes entraram em greve e houve cargas da polícia sobre as manifestações estudantis. Caetano pede uma audiência ao ministro da Educação, que lhe é recusada, sendo-lhe, mais tarde, retirada a confiança política. Profundamente sentido pela desconsideração e desautorização, apresentou a demissão.

Marcello Caetano também esteve sempre ligado à imprensa e ao jornalismo. Manteve colaboração com diversos jornais e considerava a experiência jornalística enriquecedora: *tão necessária foi sempre à minha vida intelectual a respiração pela Imprensa* (Caetano, 1968, p. 14). A este gosto, aliava também saberes sobre processos produtivos das notícias; a importância dos comentários; as técnicas de montagem; as estratégias de titulação. Por isso, o conhecimento destas matérias conferia à sua ação política uma maior intencionalidade (Cabrera, 2006).

Em “Ensaio pouco políticos”, escreveu sobre o papel da informação, na formação da opinião pública. Defendia que, em teoria, o processo ideal, de formação da opinião pública,

consistiria em proporcionar, a todos os indivíduos, a mais ampla e circunstanciada documentação acerca dos factos e das ideias do seu tempo (Caetano, s/d, p. 93). Contudo, o trabalho jornalístico coabitava com vários interesses, para além dos atos profissionais dos próprios jornalistas. Jogava-se com os interesses dos capitais, dos países, o que punha em causa, segundo Marcello, a objetividade. Considerava também que, na seleção; destaque e na titulação das notícias, havia intencionalidade e falta de isenção. Reconhece a importância da imprensa, quando considera que o jornal influi poderosamente na opinião. Mas constata que “as massas de leitores não lêem mais que os títulos e, por isso, o relevo dado a certo noticiário pode provocar ondas de emoção ou despertar reações de interesses que agitem momentaneamente, e, por vezes, violentamente, a opinião” (Caetano, s/d, pp. 94-95).

Para Marcello Caetano, nem os portugueses, nem os jornalistas, nem os políticos estavam preparados para viver sem censura. Mas, ao contrário de Salazar, Caetano serve-se da imprensa e da televisão para divulgar as suas ideias, propósitos e objetivos. Enfim, desenvolve uma estratégia de informação onde se apresenta à imprensa como um homem de família, aberto a novas relações com os jornalistas (permitindo que estes o acompanhem num dia de trabalho e entrem no seu gabinete) e favorável a que os seus ministros desenvolvam contactos com a imprensa. As viagens, no país e no estrangeiro são acompanhadas pelos jornalistas, em Portugal e nas colónias. As primeiras páginas, dos jornais da época, enchem-se de notícias que reportam as viagens e as declarações de Marcello, e onde fica patente a multidão que, em todo o lado, o rodeia (Cabrera, 2017, 2019).

Carla Baptista assinala como a biografia de Marcello foi construída pela imprensa, incluindo o prestigiado *Diário de Notícias* que apresenta: “o próximo homem forte do país era inteligente, afetuoso e popular” (Baptista, 2012, p. 194). É esta a imagem que a imprensa dá de Marcello, na medida em que todos os jornais o apresentam como uma pessoa simpática e sorridente.

Os jornalistas acompanham Caetano, com entusiasmo, pois “desde a exoneração de Salazar era frequente encontrar jornalistas à porta da casa de Caetano, que se tinha tornado num dos *hot places* da conspiração política lisboeta, palco de inúmeras reuniões com políticos, destinadas ao recrutamento do novo governo.” (Baptista, 2012: 199)

A percepção, por parte dos jornalistas, da atitude do governante, que se afigurava como uma enorme novidade e diferença, em relação a Salazar, incitou-os a sonhar com a liberdade de imprensa. Durante o ano de 1969-70, grupos de jornalistas promoveram, e assinaram abaixo assinados, pedindo liberdade de imprensa e uma nova lei. A lei chegou em 1971 mas, a liberdade de imprensa só regressou com o 25 de abril de 1974, que pôs fim ao Estado Novo.

Caetano explica porque não podia suprimir a censura:

O meu desejo teria sido o de suprimir a censura logo que cheguei ao Poder. Mas, pelas razões apontadas, de se achar o País envolvido numa luta em que o moral da retaguarda é tão importante como

o vigor combativo das tropas, e em que há forças poderosas do estrangeiro empenhadas em minar a nossa resistência, isso não é possível. (Marcello Caetano, 1972, pp. 132-133)

Marcello Caetano não queria, nem podia conviver com uma imprensa sem censura. O seu passado conservador; sua formação política; seu comprometimento com o espírito e os objetivos do Estado Novo, pesaram mais na sua decisão.



Figura 29
Conversas em família, 8 de janeiro de 1969.
Fonte: Arquivo da RTP.

Caetano, no entanto, não deixou de estabelecer uma estratégia de informação para se alicerçar no poder. A forma como se apropria dos meios de informação para, por meio deles, fazer passar a *ação* e a *emoção*, transforma-os em instrumentos estratégicos, ao serviço dos desígnios do seu poder e da sua ação governativa.

Contudo, a sua maior inovação residiu na forma como utilizou a Televisão. As “Conversas em Família” iniciaram-se em 8 de janeiro de 1969 e mantiveram-se, com uma periodicidade mensal, até março de 1974. Marcelo foi o primeiro político a usar a televisão, meio de que foi obreiro da sua fundação, quando foi ministro da Presidência.

As Conversas eram emitidas pela televisão, pela rádio, e publicadas, na íntegra, pelos jornais que, na véspera, anunciavam o horário da transmissão na TV. A importância desta iniciativa comunicacional é sublinhada por Cádima (1996), que reconhece o ano de 1969 como:

Um ano em que a informação televisiva se centrará portanto na figura de Marcello Caetano, de uma forma, aliás, insistente, não deixando de ter um claro significado o facto de logo a 8 de Janeiro começarem as suas “conversas em família” anunciadas por Henrique Mendes logo a abrir o TJ desse mesmo dia, e após — como era então norma — a leitura do boletim clínico de Salazar: “o Sr. Presidente do Conselho fará esta noite, às 22 horas, na RTP, a primeira de uma série de comunicações nas quais tratará alguns dos problemas do Governo. (Cádima, 1996, p. 212)

Cádima assinala ainda que:

Logo na primeira conversa, Marcello Caetano fará uso de todo o seu saber comunicacional — o que não era afinal novo para ele, pondo à prova, perante a audiência, o “actor político”, e solicitando-a para um pacto coloquial que escondia de facto todo o sentido instrumentalizador que será “captado” dentro em breve pelo seu amigo Ramiro Valadão. (Cádima, 1996, p. 213)

Anos mais tarde, após o colapso do regime, já no exílio na ilha da Madeira, Marcelo publica, em Madrid, o livro “Testimonio” onde refere as Conversas em Família:

E a verdade é que o país correspondeu com extraordinário interesse às minhas exposições. Muitos dias, para ouvirem as conversas em família (que nunca duravam mais de 20 a 25 minutos), parava tudo. Os que não tinham televisão procuravam os cafés mais próximos. Nas províncias havia famílias que percorriam quilómetros para poderem ver-me. A minha imagem popularizou-se e por todos os lados encontrava pessoas que me agradeciam “a presença nas suas casas” para conversar sobre temas de interesse geral. (Caetano, 1974, p. 58)

As “Conversas em Família” são, sem dúvida, um ponto alto e inovador da estratégia de informação marcelista. Pela televisão, Marcello entra nas casas dos portugueses e com uma atitude paternalista explica-lhes, numa linguagem acessível, os problemas que se colocam ao país. Caetano considerava que a governação assentava num *pacto de virtude*, segundo o qual o governante guiava coletividade, pelo que o sucesso de uma liderança autoritária consistia em dar ao povo a sensação de que era parte ativa na definição da política (Caetano, s/d, p. 124).

Os jornalistas e o jornalismo estavam, nos anos 60 e 70, num processo de transformação (Sobreira, 2003; Cabrera, 2006; Correia & Baptista, 2007, 2010; Sousa, ed., 2010; Lima, 2011; Baptista, 2012). As redações eram o palco do embate de duas gerações: uma mais jovem com formação universitária, a outra mais antiga e acomodada aos velhos processos da aprendizagem pela tarimba. Uma outra linha de explicação, para os diferentes posicionamentos destas gerações, pode ser vislumbrada por três acontecimentos e processos relevantes que intervieram na formação dos jovens jornalistas, dotando-os de uma forte consciência política. O primeiro deles representado pela memória e vivência das eleições presidenciais, em

que Humberto Delgado se apresentou como candidato independente e, numa campanha à maneira americana, defendia a democracia e a liberdade. Um segundo acontecimento é o conjunto de greves e crises académicas que se fizeram notar, desde 1962, em diante, e que agitaram as universidades e conduziram à organização de um movimento associativo plurifacetado e contestatário. Os jornalistas que frequentaram a universidade neste período entraram nas redações com um novo espírito e novas ideias. Por fim, a marcante realidade da guerra colonial, que condenava toda a juventude portuguesa a adiar as suas vidas e os seus sonhos, por causas que muitos deles contestavam.

O período marcelista é marcado pela contestação dos jornalistas exigindo a liberdade de imprensa e pela pressão que estes exerceram junto do Sindicato dos Jornalistas tendo conduzido à eleição de uma nova direção manifestamente de esquerda. Do ponto de vista jornalístico, a grande novidade, chegaria em janeiro de 1973, com o lançamento do semanário *Expresso*, projeto liderado por Francisco Pinto Balsemão. Apesar de todas as dificuldades, pressões e cortes da censura, este jornal veio revolucionar o panorama jornalístico português.

Fontes

Diário de Notícias

17 de março de 1933 a 27 de março de 1933

5 de junho de 1937 a 28 de junho de 1937

11 de Maio de 1958 a 8 de junho de 1958

O Século

17 de março de 1933 a 22 de março de 1933

5 de junho de 1937 a 28 de junho de 1937

11 de Maio de 1958 a 8 de junho de 1958

Diário de Lisboa

16 de março de 1933 a 22 de março de 1933

4 de junho de 1937 a 28 de junho de 1937

10 de Maio de 1958 a 8 de junho de 1958

Diário Popular

10 de Maio de 1958 a 8 de junho de 1958

Bibliografia

Antunes, J. F. (1985). (Ed.). *Cartas particulares a Marcello Caetano*. Vol. I e II, Publicações D. Quixote.

Antunes, J. F. (1994). (Ed.). *Salazar, Caetano — Cartas secretas (1932-1968)*. Difusão Cultural.

Araújo, A. (2017). *Matar Salazar. O atentado de julho de 1937*. Tinta-da-China.

Baptista, C. (2012). *Apogeu, morte e ressurreição da Política nos jornais portugueses. Do Século XIX ao marcelismo*. Escritório Editora.

Correia, F. & Baptista, C. (2007). *Jornalistas, do ofício à profissão — Mudanças no jornalismo português (1956/68)*. Editorial Caminho.

Cabrera, A. (2006). *Marcello Caetano: poder e imprensa*. Livros Horizonte.

Cabrera, A. (2017). A imprensa portuguesa no Estado Novo. in J. P. Sousa, H. Lima, A. Hohlfeldt & M. Barbosa (Eds.), *Uma história da imprensa lusófona — Portugal* (pp- 311-384). Media XXI.

Cabrera, A. (2019). A estratégia de informação de Marcello Caetano o último governante do Estado Novo. *Media & Jornalismo*, 19(35), 223-235. https://doi.org/10.14195/2183-5462_35_15

Cádima, F. R. (1996). *Salazar Caetano e a Televisão Portuguesa*. Editorial Presença.

Caetano, M. (1972). *Progresso em paz*. Verbo.

Caetano, M. (1974). *Testimonio*. Parainfo

Caetano, M. (1977). *As minhas memórias de Salazar*. Verbo.

Carvalho, A. A. (1999). *A censura à imprensa na época marcelista*. Minerva.

Correia, F. & Baptista, C. (2010). *Memórias vivas do jornalismo*. Caminho.

Faria, T. (Coord.) & Degado, I. (1998). *Humberto Delgado e as eleições de 1958*. Veja.

Ferro, A. (1978). *Salazar*. Edições do Templo.

Garcia, J. L., Alves, T. & Léonard, Y. (Ed). (2017). *Salazar, o Estado Novo e os Media*. Edições 70.

Gomes, J. C. (2006a). Álvaro Salvação Barreto: oficial e censor do salazarismo. *Media & Jornalismo*, 9, 57-88. <http://fabricadesites.fcsh.unl.pt/polocicdigital/wp-content/uploads/sites/8/2017/03/n9-04-Joaquim-Gomes.pdf>

Gomes, J. C. (2006b). *Os militares e a censura. A censura à imprensa na Ditadura Militar e Estado Novo (1926-1945)*. Livros Horizonte.

Lima, H. L. D. (2012). *A imprensa portuense e os desafios da modernização*. Livros Horizonte.

Luís, F. (2020). António Ferro, o homem, os mitos e a verdade, *Visão*, 11 de junho de 2020.

Madeira, J. (2013). *1937 — O atentado a Salazar. A Frente Popular em Portugal*. Esfera dos Livros.

Matos, J. N. (2017). Salazar em *A Batalha* e no *Avante!* (1933-1968), in J. L. Garcia, T. Alves & Y. Léonard (Eds), *Salazar, o Estado Novo e os media* (pp. 235-262). Edições 70.

Pena-Rodríguez, A. (2013). Los grandes héroes ibéricos. Salazar, Franco y la Guerra Civil española: prensa y propaganda. *Journal of Spanish Cultural Studies*, 14, 36-51. <https://doi.org/10.1080/14636204.2013.841048>

Pena-Rodríguez, A. (2019). Contra la revolución ‘satánica’. Propaganda católica y legitimación del franquismo en Portugal durante la Guerra Civil española. *Revista de Estudios Sociales*, 69, 41-52. <https://doi.org/10.7440/res69.2019.04>

Reis, A. (1990). A abertura falhada de Caetano, in A. Reis. (Ed.), *Portugal Contemporâneo (1958-74)*, Vol.5. Publicações Alfa.

Reis, A. (1990). A televisão: arma do poder e janela para o mundo, in A. Reis. (Ed.), *Portugal Contemporâneo (1958-74)*, Vol.5. Publicações Alfa.

Reis, J. R. M. (2018), *O modelo de comunicação política da campanha eleitoral de Humberto Delgado em 1958: uma campanha americanizada*. [Tese de doutoramento, Universidade Católica Portuguesa]. Repositório da Universidade Católica Portuguesa. <http://hdl.handle.net/10400.14/25880>

Rosa, F. D. (2015). *Humberto Delgado. Biografia do general sem medo*. Esfera dos Livros.

Rosas, F. (1989). A crise do Liberalismo e as origens do “autoritarismo moderno” e do Estado Novo em Portugal. *Penélope. Fazer e Desfazer História*, 2.

Rosas, F. (1990). Dos estertores da crise à paz podre, in A. Reis. (Ed.), *Portugal Contemporâneo (1958-74)*, Vol.5. Publicações Alfa.

Rosas, F. (1990). O País, o regime e a oposição nas vésperas das eleições de 1958, in A. Reis. (Ed.), *Portugal Contemporâneo (1958-74)*, Vol.5. Publicações Alfa.

Rosas, F. (2001). O salazarismo e o homem novo: ensaio sobre o Estado Novo e a questão do totalitarismo. *Análise Social*, XXXV(157), 1031-1054. <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1218725377D6jFO4wy1Oi67NG6.pdf>

Rosas, F. (2004). Marcelismo: ser ou não ser, in F. Rosas, F. & P. A. Oliveira (Eds.), *Transição falhada. O marcelismo e o fim do Estado Novo (1968-1974)* (pp. 9-26). Editorial Notícias.

Santos, P. B., (2019). A Constituição de 1933 e a composição da sua estrutura económico-social, in A. Cunha, I. Veiga & C. Rodrigues (Eds.), *Economia e história — estudos de homenagem a José Maria Brandão de Brito* (pp. 73-90). Edições Colibri.

Sobreira, R. M. (2003). *Os Jornalistas Portugueses 1933-1974. Uma profissão em construção*. Livros Horizonte.

Sousa, J. P. (coord.). (2010). *O pensamento jornalístico Português: das origens a Abril de 1974*. Livros LabCom. <http://labcom.ubi.pt/livro/12>

Torgal, L. R. (2013). *Ouvir, ver, ler e... converter: rádio, cinema e literatura na propaganda do Estado Novo*. CLUEB.